



O ministro Mário Andreazza, o presidente da Funai e líderes indígenas felizes com o decreto presidencial

Figueiredo assina decreto definindo reserva apinajé

BRASILIA - Chegou ao fim a luta dos índios da tribo Apinajés pela definição de seu território de Goiás, no município de Tocantinópolis. Perante todas lideranças indígenas reunidas, ontem, em seu gabinete, o ministro do Interior, Mário Andreazza, anunciou a liberação do decreto, assinado à tarde, pelo presidente Figueiredo, definindo a reserva em 143 mil hectares.

Na rápida solenidade realizada no Ministério do Interior, Andreazza ressaltou que "a solução destes problemas de terra é muito complexa, e no caso especial dos apinajés, o Governo avaliou os interesses das populações indígenas e não índias. A solução foi encontrada - disse ele - com a participação intensa das lideranças indígenas e chegamos a defi-

nição apresentada por eles, visando assegurar a demarcação da área". Segundo o ministro a área apinajé será bem delimitada, considerando o desenvolvimento socio-econômico dos municípios mais próximos que são Tocantinópolis e de Nazaré.

Ele explicou que a reserva apinajé será delimitada a Oeste pela Rodovia Transamazônica, e inclui a Aldeia de Cocalinho, região sagrada da comunidade. Andreazza não quis, contudo, precisar o tamanho da reserva, alegando que isto só será possível após a conclusão dos serviços demarcatórios que serão realizados pela Diretoria do Serviço Geográfico do Exército.

APELO

O ministro, após rece-

ber os agradecimentos das lideranças indígenas, fez um apelo para que retornassem tranquilos à aldeia, procurando manter um clima de paz, tendo sempre em mente que na solução destes problemas é necessário atitudes pacifistas.

O cacique Francisco Apinajé, ao externar seu contentamento, cometeu um equívoco, dizendo que estava "muito feliz em estar neste prédio muito bonito com o presidente da República", no que foi de pronto corrigido pelo presidente da Funai, Nelson Marabuto. Entretanto, o ministro do Interior, diante da persistência do cacique em lhe confundir com o mandatário máximo da Nação, brincou dizendo, "Quase, mas não sou", recordando sua derrota na convenção do PDS.

As explicações de Íris Rezende

GOIÂNIA - O governador Íris Rezende, de Goiás, explicou, ontem, nesta Capital, que não solicitou redução da reserva indígena dos Apinajés, em Tocantinópolis, Extremo Norte do Estado. "Não foi bem uma redução. Convidado pelo ministro Venturini e pelo ministro Andreazza, para discutir a decisão final quanto à instituição da reserva da tribo Apinajés, juntamente com seus assessores, nos expusemos o nosso ponto de vista, que se preservasse a área indígena, sem contudo prejudicar as cidades de Tocantinópolis e Nazaré".

Íris revelou ter sugerido "que os limites fossem afastados das duas cidades para que elas não tivessem o seu desenvolvimento sócio-econômico prejudicado. Afastada a área daquelas mediações, mas aumentada no Extremo Norte, em região menos habitada".

A fala de Íris foi obtida após cerimônia no quartel do 42º BIMTZ, onde o coronel Luis Fontoura de Oliveira Reis assumiu o comando no lugar do coronel José Carlos Sant'Anna de Oliveira, transferido para o Rio. A passagem de comando foi presidida pelo comandante militar do Planalto, general

Mário Orlando Ribeiro Sampaio, ontem de manhã.

Para o governador goiano, sua proposta é conciliadora dos interesses de índios e não índios do conflituoso Extremo Norte de Goiás. Íris disse ter recebido, após sua sugestão, um comunicado de que o seu ponto de vista foi levado em consideração e que seria respeitado. "De forma que eu espero que, sem prejuízo de áreas para os indígenas, as cidades sejam preservadas, pois elas merecem o nosso respeito, vez que Tocantinópolis é uma cidade de quase 200 anos e ali já viveram, já nasceram figuras das mais ilustres, figuras que, inclusive, dispensaram grande atenção na preservação da família indígena".

DECRETO

Sobre a possibilidade de retardamento da assinatura do decreto presidencial, gerando um agravamento da tensão entre índios e brancos, o governador goiano enfatizou: "As autoridades, ao tomarem uma decisão desta natureza, têm que fazê-lo com muita segurança para que as atitudes tomadas não venham a criar mais problemas. Ninguém mais do que eu defendo o direito dos índios. Ninguém mais do

que eu se preocupa com a preservação da família indígena, mas nós temos que nos preocupar também com os brancos, com as cidades que merecem todo o respeito, todo o carinho e todo o apreço das autoridades. E nessa hora, as autoridades constituídas não devem se preocupar com uma decisão justa. Neste caso, o presidente da República não tomará uma atitude contra os brancos, a favor dos índios, ou vice-versa. Não. Ele pode estabelecer a reserva atendendo aos interesses dos índios e dos brancos. E por que não fazê-lo".

Perguntado sobre os 43 mil hectares que seriam pleiteados pelos brancos, se não constituiriam um problema, Íris respondeu: "Numa área de 140,150 mil hectares, não se pode criar problemas por cinco mil a mais ou a menos. É criar problemas por muito pouca coisa. Se a reserva fosse de 10 ou 15 mil hectares, cinco mil, realmente, atingiria uma grande porção. Mas, no caso, não. Por isso, esses cinco mil hectares, numa área de 140 ou 150 mil hectares, não são motivos para jogar-se por terra um trabalho realizado por ministros, pelos assessores, inclusive com a presença do Governo de Goiás", afirmou.